

Governo parcela débito com o Clube de Paris

13 JUL 1989

Dívida Ext

JORNAL DO BRASIL

Beátriz Abreu

BRASÍLIA — O governo brasileiro retoma esta semana os pagamentos ao Clube de Paris. Decidiu, porém, que para não debilitar suas reservas cambiais, pagará parceladamente a dívida vencida no dia 30 de junho, de US\$ 812 milhões. O fluxo dos pagamentos externos obedecerá ao nível das reservas internacionais, que depois de uma semana de centralização cambial atingiu cerca de US\$ 6 bilhões, com um ganho estimado de US\$ 400 milhões. Até ontem os pagamentos não tinham sido iniciados.

A suspensão temporária dos pagamentos ao Clube de Paris e a centralização cambial serão melhor explicadas aos bancos credores e instituições governamentais na próxima semana, a partir de reuniões, em Nova Iorque e Washington, do embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, do secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, e do diretor da Área Externa do Banco Central, Armin Lore. A expectativa na área econômica é uma só: de que tanto organismos como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird) quanto os bancos credores se sensibilizem de que o bloqueio ao ingresso de recursos externos no país torna necessária a defesa intransigente das reservas cambiais.

A estratégia é de que o embaixador Marcílio Marques Moreira mantenha os contatos com FMI, Bird, BID e com o Tesouro norte-americano para fornecer dados mais "reais e atualizados" do desempenho da economia este ano — que não foram reunidos a tempo de a missão do FMI retornar a Washing-

ton — e estabelecer uma negociação política.

Argumentos — Na área das finanças públicas, Marcílio Marques poderá dizer, por exemplo, que o déficit do Tesouro Nacional é 30% inferior ao apurado no primeiro semestre do ano passado e com melhor resultado do que o apurado nos anos de 1987 e 1983, bem como que o nível das exportações garantirá um superávit comercial da ordem de US\$ 16 bilhões. A arrecadação tributária a seu ver está "surpreendente" e incorporou um ganho adicional de 21% no mês passado, permitindo tranqüilidade à execução dos gastos públicos. Outra informação importante é a de que o déficit público, no seu conceito operacional, (descontando as correções monetária e cambial) será inferior aos 5,88% do Produto Interno Bruto (PIB) apurado em 1987 e aos quase 7% do PIB ao final de 1983.

O trabalho de Sérgio Amaral e Armin Lore será feito diretamente junto aos bancos credores. Estuda-se, no momento, que alternativas poderão ser apresentadas aos credores nesta reunião do próximo dia 20. No momento, o Ministério da Fazenda prefere não revelar a estratégia junto aos credores, porque, ponderam, o pedido da reunião partiu do vice-presidente do comitê, William Rhodes.

Um dado, porém, é certo: os negociadores brasileiros dirão claramente que o bloqueio dos recursos externos está na dependência de um acordo com o Fundo Monetário. E, assim, de nada adianta os bancos aceitarem liberar US\$ 600 milhões (a parcela devida ao Brasil no acordo de renegociação da dívida) se as negociações com o FMI não forem concluídas a tempo de o governo deter reservas suficientes ao pagamento dos US\$ 2,3 bilhões da parcela dos juros que vence em setembro.